

Senado aprova MPs sem emendas

Agora, a luta é pelo "remendão", uma nova MP que corrija as anteriores

Na terça-feira, dia 17, o Senado aprovou as Medidas Provisórias 301, 302 e 304, por meio de acordo de lideranças. A justificativa para aprovação sem nenhuma alteração foi evitar o retorno à Câmara, já que essas MPs perderiam a validade no fim de outubro.

Agora, uma nova batalha se inicia. Os servidores passam a cobrar do governo a edição de uma nova MP – que já está sendo chamada de "remendão" – corrigindo os erros das primeiras e contemplando as reivindicações da categoria (veja box).

Governo garante nova MP

No dia seguinte à aprovação das MPs, representantes dos servidores já se reuniram com o senador Romero Jucá que reconheceu que as MPs têm falhas e confirmou que o governo concorda em remeter ao Congresso o "remendão", seja na forma de Projeto de Lei, em caráter de urgência, ou nova MP. Também aceitou discutir com os entidades representativas dos servidores os pontos que serão corrigidos. A primeira dessas reuniões será nesta segunda-feira, dia 23.10.

Principais reivindicações dos servidores e a posição da SRH

Como foi noticiado pelo EG, a Condesef se reuniu no dia 27.09 com a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento para apresentar as emendas dos servidores às MPs. Agora que elas não foram votadas, passam a ser pontos para inclusão no "remendão". As principais questões e a posição da SRH – formalizada em ata – são as seguintes:

Substituição da palavra "criar" por "reestruturar" carreira, para evitar o risco de os servidores serem obrigados a permanecerem mais 15 anos para se aposentar – A SRH afirma que não há esse risco. Invoca o precedente da CSST (Saúde, Previdência e Trabalho), implantada em 2002, cujos servidores, oriundos do PCC, continuaram se aposentando normalmente. Para dirimir dúvidas, a SRH ficou de formular consulta ao TCU;

Prorrogação dos prazos de opção – Há acordo da SRH em estabelecer novos prazos, até porque cerca de 100 mil

servidores da Seguridade Social não assinaram a opção da MP 301;

Jornada de trabalho – O governo mantém o texto tal como está;

Criação de gratificações, carreiras e planos especiais (MAPA, MEC, MDIC, Agências Reguladoras, AGU, MME, MT) – Não é possível resolver nada até que sejam definidas as Diretrizes Gerais de Plano de Carreira;

MP 295 (Bacen) – No que se refere a exigência de ensino superior para cargo de nível médio e a substituição da expressão "poderá manter" por "manterá" (Plano de Saúde), a posição do governo é manter o texto original da Medida Provisória.

Renúncia das Ações Judiciais – Para a SRH, os textos devem copiar o da carreira do Seguro Social (INSS), de modo que a única parcela objeto de renúncia seja a correspondente aos 47,11% que, eventualmente, algum servidor tenha conquistado antes da MP 301.

MDIC corta ponto para retaliar servidores

Por intransigência da direção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) foi mantido o corte de ponto dos servidores grevistas.

Como aceitar essa situação? A direção do MDIC sabe que todo o serviço acumulado em razão da greve já foi atualizado, conforme informações das chefias imediatas.

Além disso, o Ministério do Planejamento orientou explicitamente para não haver corte de ponto, em razão de negociação realizada com o Sindsep-DF e a comissão de servidores do órgão.

Como entender? A atitude do MDIC deixou os servidores revoltados e indignados. O que pretendem esses dirigentes? Querem retaliar os servidores que exerceram o direito de greve porque não acreditaram nas promessas do ministro –que, aliás, se mostraram vazias? Querem se "vingar" porque a categoria se uniu ao redor do seu sindicato? É inaceitável! Nesta terça-feira, dia 24.10, às 9h, haverá assembléia na portaria da Junta Comercial. Na quarta-feira, dia 25.10, a assembléia será na portaria do MDIC, às 11h. Ambas para discutir iniciativas visando a resolver a situação. Não está descartada a possibilidade de retorno à greve.

Privatização do Cosmos?

Há algumas semanas, o governo da Inglaterra defendeu oficialmente a privatização da Amazônia (ver Esplanada Geral 210).

Agora, notícia publicada pelo jornal "Washington Post", dia 18.10, informa que Bush decretou o domínio dos EUA sobre o espaço sideral.

De acordo com a nova "Política Espacial", assinada por Bush, os EUA decla-

ram que jamais poderá haver alguma limitação às suas ações no espaço e, antecipadamente, rejeitam todo tratado que proíba a proliferação de armas espaciais estadunidenses.

Além disso, os EUA se dão o direito de negar acesso ao espaço para qualquer um que seja "hostil" aos seus interesses. O mesmo documento incentiva a realização de "empreendimen-

tos privados no espaço".

O jornal cita um "analista" que defende a militarização do espaço para garantir a "segurança" dos interesses comerciais lá instalados, exatamente como já ocorre com o controle que os EUA exercem sobre grande parte do globo terrestre por meio de bases militares que garantem os interesses econômicos de suas empresas privadas.

Posse de delegados sindicais

Participe da posse dos novos delegados, eleitos dia 27.09, para preencher vagas remanescentes da eleição de 2005. São 34 novos delegados de 15 órgãos, que cumprirão mandato até o fim da gestão da direção eleita para o triênio 2004/2007.

Quarta-feira – 25.10 – 18h30 – Auditório do Sindsep-DF

DNIT na luta por verbas para 2007

O Sindsep-DF encaminhou à Condsef as deliberações da assembléia do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), realizada no fim de setembro. O objetivo é garantir recursos no Orçamento 2007 para a reestruturação da tabela, regulamentação das gratificações e a implementação da portaria 331/05.

O sindicato também protocolou no Ministério Público denúncia pelo não cumprimento da portaria 331/05, que determina a substituição dos terceirizados por servidores concursados. Hoje, os servidores concursados recém-ingressos não possuem sequer local de trabalho.

O Sindsep-DF também está empenhado, junto com

a Condsef, em modificar o Acordão nº 04/2000, da 1ª Câmara do Tribunal de Contas da União. O documento determina devolução da Gratificação de Desempenho de Atividades Rodoviária referente ao período de 09.01.2002 a 31.08.2004. A determinação atinge os servidores do extinto Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER), mesmo

aqueles que foram redistribuídos.

Por enquanto, a negociação está sendo apenas na esfera administrativa. Porém, caso não haja solução, o sindicato já estuda a possibilidade de ingressar com ação judicial.

Nesta segunda-feira, dia 23.10, os servidores do DNIT terão nova assembléia, no auditório térreo do órgão.

Inkra

GT finaliza diagnóstico

O Grupo de Trabalho (formado por representantes do governo e servidores) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inkra) discutiu no dia 11.10, na Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, o diagnóstico do órgão. Além da situação do Inkra, o documento contém análises sobre o ordenamento fundiário, a reforma agrária e avaliação da área de recursos humanos. A SRH falou sobre a avaliação de desempenho, mas a proposta foi combatida por representantes da Condsef, que explicaram que esse mecanismo individualiza o contrato de trabalho e divide a categoria, quebrando a paridade ativo-aposentado-pensionista. Antes da reunião com a SRH, os servidores do Inkra participaram de uma oficina de trabalho com o advogado da Condsef, Dr. Luís Fernando. A próxima reunião do GT ocorre nesta terça-feira, dia 24.10, quando será apresentada a proposta do plano de carreira.

AGU

Mais perto da reestruturação da carreira

É possível que, em 2007, seja implantado o plano de carreira dos servidores administrativos da Advocacia-Geral da União (AGU). A promessa foi feita pelo ministro da AGU, Álvaro Ribeiro, em reunião no dia 02.10, com a participação da Condsef e do Grupo de Trabalho (GT) do setor. O ministro informou que a AGU solicitou à Casa Civil a liberação de verba de pelo menos R\$ 40 milhões para viabilizar a reestruturação da carreira de cerca de 2.700 servidores. No dia 04.10, um grupo de servidores foi ao Congresso Nacional conversar com alguns deputados e confirmou que é possível que os R\$ 40 milhões sejam incluídos no relatório final da Lei Orçamentária Anual (LOA). Entretanto, os parlamentares recomendaram que os servidores intensifiquem essa pressão a partir de novembro, quando o Congresso deve retomar plenamente os trabalhos.

Agências Reguladoras

Servidores cobram contrato definitivo com União

O senador Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo no Senado, declarou que apóia a reivindicação dos servidores das Agências Reguladoras. São cerca de dois mil servidores que estão prestes a perderem o emprego, já que, em março de 2007, o contrato temporário com a União, mantido há quase uma década, pode não ser renovado. Todos entraram para o serviço público mediante concurso e cumpriram o estágio probatório. Por isso, os servidores pressionam o governo pela contratação definitiva. Ademais, a contratação desses servidores não produzirá novo impacto orçamentário, uma vez que as verbas para pagamento desses salários já estão previstas no orçamento da União.

Curso de formação

Foi um sucesso o Curso de Formação Sindical realizado pelo Sindsep-DF, nos dias 06 a 08 de outubro, em Caldas Novas. 144 pessoas, entre delegados sindicais e funcionários do sindicato, participaram do evento. Os monitores foram Júlio Turra, membro da Executiva Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e Vito Giannotti, escritor, membro da CUT e fundador do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC). Além da importância da comunicação sindical, o curso tratou da história das lutas dos trabalhadores, desde seus princípios, e da defesa da independência sindical numa situação em que, em todo o mundo, os governos procuram atrair os sindicatos para a armadilha da "governança" em nome da "humanização da globalização".



SINDSEP-DF Expediente: Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – SINDSEP/DF – Fone: 3212-1900. **Redação:** Edison Cardoni, Oton Pereira Neves e Giselle do Valle. **Conselho Editorial:** Edison Cardoni (coordenador da Secretaria de Imprensa), Roberto Monteiro de Oliveira, Leonio Gomes Lacerda, Ricardo Jacome, Marta Rosângela e Carlos Henrique – Diagramação: Ronaldo Alves DF0207DG – **Jornalista:** Giselle do Valle DF2361JP – **Tiragem:** 12.000 – **Impressão:** Red Graf

Porque anular a privatização da Vale do Rio Doce

A privatização da Vale foi feita pelo governo FHC em 06 de maio de 97, em leilão realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

Para viabilizar o leilão, dezenas de ações judiciais que contestavam a "privataria" tiveram a tramitação suspensa.

Em 2005, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Brasília) reabriu essas ações de 1997 que têm como réu o próprio FHC e a União. As principais razões são as seguintes:

- **Crerios de avaliação questionáveis** - a empresa foi doada ao capital privado por R\$ 3 bilhões, mas somente no primeiro semestre de 2006 seu lucro foi de R\$ 6,1 bilhões. Com recursos de minério de ferro suficientes para manter os níveis atuais de produção pelos próximos 200 anos, as ações da Vale tiveram valorização média anual de 32,7% de 1999 a 2003;

- **Subavaliação das reservas** - em maio de 1995, para poder operar no mercado de ações dos EUA, a Vale informou que dispunha de reservas de 12,8 bilhões de toneladas de ferro no Pará e em Minas Gerais; no momento da privatização essas reservas foram "avaliadas" em 4,57 bilhões, menos da metade;

- **Favorecimento na seleção das empresas avaliadoras** - uma das empresas avaliadoras era a Meryll Linch que estava ligada à Anglo American, que, por sua vez, era participante do leilão de privatização;

- **Ilegalidade na inclusão da Vale no programa de privatização** - presente em 14 estados e cinco continentes, controlando reservas minerais estratégicas com duração centenária, a Vale não poderia entrar num programa de privatização.

A anulação do leilão é perfeitamente possível e tem amparo na legislação. Mas ela depende, fundamentalmente, da mobilização popular. Participe da campanha.

Assembléia
Ministério do Planejamento (blocos C e K)
Quinta-feira - 26.10
10h30 - Portaria do bloco C
Pauta: "remendão" para as MPs aprovadas no Congresso Nacional